

TRABALHO E EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA CAPITALISTA.

Leandro Alves de Souza

Resumo: Este artigo objetiva analisar as relações entre o homem e a sociedade a qual o mesmo está inserido, enquanto indivíduo histórico e dialético, no que compreende o trabalho e a educação. Busca-se, por intermédio da sociedade capitalista, apreender como a prática do consumo está intrinsecamente relacionada aos aspectos da modernidade. O estudo ainda pretende discorrer acerca do homem como ser inquieto que busca sua identidade e subjetividade no trabalho, bem como indivíduo capaz de discernir sobre sua historicidade.

Palavras-chave: Trabalho; educação; homem; sociedade.

INTRODUÇÃO

O homem enquanto ser social está inserido em uma determinada sociedade e, evidentemente, não é o mesmo que pertenceu à outra sociedade existente num determinado período histórico distinto e anterior. A relação que se estabelece entre o sujeito e a natureza, por exemplo, dá-se pelo intermédio de uma sociedade e vice-versa.

A ação do sujeito na natureza é condição essencial e primordial para que o mesmo exista enquanto tal. Embora ao homem seja inerente a existência de uma autonomia que lhe é peculiar diante da relação que exerce junto à natureza, concomitantemente, o mesmo não é capaz de desfazer-se da mesma, ou seja, é por meio e intermédio da natureza e daquilo que esta propicia, que o homem busca adaptar suas necessidades para existir enquanto ser humano.

Valle (2009) entende que ao moldar esta natureza tornando-a adequada aos seus desejos, criando no mundo coisas compatíveis com os seus anseios, os seres humanos criam outras necessidades. Porém, tais necessidades nem sempre são de fato necessárias ao homem enquanto indivíduo. Afinal, na sociedade capitalista cada vez mais competitiva, Palangana (1998) ressalta que os indivíduos convivem diariamente com a possibilidade de obtenção do prazer, diga-se, um prazer pervertido, cujo fundamento é deslocado para o consumo (p. 153).

Deste modo, este artigo busca apreender como se dá o processo que concerne à relação existente entre o homem, enquanto indivíduo histórico e dialético, com a sociedade a qual está inserido, naquilo que compreende suas relações com o trabalho e a educação.

O HOMEM SOB A PERSPECTIVA DO TRABALHO

O entendimento do significado da palavra trabalho pode ser analisado por distintos aspectos, dentre eles o atribuído ao senso comum e o que se respalda pelo rigor da ciência. O senso comum, carente de critérios científicos, compreende que toda ação e atividade desenvolvida pelo homem, sejam estas quais forem, representam um modo de trabalho. Dentro desta concepção, o trabalho representa algo qualquer que simplesmente acontece no interior e no cerne de determinada sociedade.

Frigotto (2009) discorre acerca das significações do conceito de trabalho e diz que um termo é polissêmico quando é utilizado com várias significações (p. 168). De fato, na análise que realiza, aborda como a categoria do trabalho é ampla podendo ser interpretada sob diferentes aspectos. Tais aspectos perpassam pela concepção marxista, pelo pensamento econômico liberal e, até mesmo, pela significação apresentada pelos dicionários em si.

Todavia, a ciência embasada pelos critérios que lhe são inerentes, apreende que o trabalho se personifica na relação existente entre o homem e a natureza. É a maneira com que o homem enquanto ser histórico, em sua ontologia, interage com a realidade. Marx (1999) pressupõe o trabalho sob forma exclusivamente humana, isto é, o homem, único ser dotado de inteligência e racionalidade, na intencionalidade do seu pensamento conceptual, é indivíduo atuante capaz de transformar o meio em que vive e, deste modo, desempenhar o ato de trabalhar.

Ainda em Marx (1999) o processo de trabalho concernente à interação do homem na natureza é definido sob o seguinte pensamento:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, **condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais** (p. 288, grifos meus).

Deste modo, a condição ontológica da práxis do homem, naquilo que compreende sua capacidade de transformar produtivamente o meio a qual está inserido, torna-se novamente límpido no argumento de Marx (1999):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele **põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade**, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. **Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.** (p. 282, grifos meus).

Em contrapartida, os animais irracionais executam determinadas operações instintivamente, isto é, os animais não são capazes de idealizar o pretendido antes da execução da operação. Deste modo, o trabalho torna-se uma essência característica e exclusiva do homem.

Corroborando com a premissa de que o trabalho é categoria inerente e atribuída apenas aos seres humanos, Engels (2004) realiza uma interessante abordagem e discussão acerca da situação em questão ao discorrer sobre a diferença existente, por exemplo, entre o homem e o macaco, naquilo que tange o processo de transformação do animal irracional para o animal racional, macaco e homem, respectivamente.

Nas assertivas de Engels:

[...] a posição ereta havia de ser para nossos peludos antepassados, primeiro uma norma e logo uma necessidade, daí se depreende que, naquele período, as mãos tinham de executar funções cada vez mais variadas. [...] As mãos servem fundamentalmente para recolher e sustentar os alimentos, como fazem já alguns mamíferos inferiores com suas patas dianteiras. Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns, como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empunhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para os bombardear com frutos e pedras. Quando se encontram prisioneiros, **realizam com as mãos várias operações que copiam**

dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropoides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos (p. 15, grifos meus).

Todavia, Braverman (1987) compreende que o homem enquanto indivíduo partilha com as demais espécies a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades (p. 49). Entretanto, ressalta que a consciência é atributo inerente somente ao homem durante a execução de determinada atividade e reconhece o trabalho como sendo orientado pela inteligência e, por isso, torna-se produto especial da espécie humana (p. 52).

Em Weber (1999) o trabalho é visto como um restrito potencial humano (p. 12). Sobre esta potencialidade atribuída ao homem, é possível associar o trabalho, enquanto interação entre sujeito e objeto, com as práticas consumistas decorrentes do sistema capitalista intrínseco à sociedade. Nisto, a intencionalidade presente na ação do homem ao transformar o meio ao qual pertence se estende às ações do mesmo no processo de trabalho.

O homem ao interagir com determinado objeto, no sentido de transformá-lo e, deste modo, desempenhar o ato de trabalhar somente o é capaz de fazer tendo em vista que está inserido numa sociedade coletiva e interdependente.

Como aponta Paro (1995) este ato não é individual, tendo em vista que os homens não são capazes de sozinhos produzirem diretamente sua própria existência. Isto é, embora o homem enquanto indivíduo seja capaz de se realizar pelo trabalho ele somente o faz por intermédio da divisão social do trabalho em conjunto com a sociedade a qual pertence. Em sua crítica, ressalta, ainda, que a relação entre os homens é inevitável.

Sendo assim, tendo o materialismo histórico dialético como referencial é possível apreender o homem como um ser inquieto a buscar sua identidade e subjetividade no trabalho, bem como indivíduo capaz de discernir sobre sua historicidade nesta situação.

Sob este aspecto é possível discorrer e discutir sobre o que consiste a inter-relação existente entre o homem e a sociedade, relação esta que define o homem como sendo,

concomitantemente, o agente produtor, transformador e consumidor de todo o processo capitalista. Na concepção marxista, o capitalismo não pode surgir senão com as premissas dadas da produção mercantil e da circulação monetária (MARX, 1999, p. 29). Ou seja, deste modo é possível perceber, no cerne da sociedade, que aquilo que o homem produz é disponibilizado aos seus semelhantes de modo que estes, obedecendo à arroubos consumistas, favoreçam os anseios do capital e, conseqüentemente, consumam.

Giddens (2002) apresenta este ideal de consumo que se personifica na sociedade capitalista ao definir que, de fato, há uma:

(...) difusão do consumismo, numa sociedade dominada pelas aparências. O consumo interpela as qualidades alienadas da vida social moderna e se apresenta como a solução: promete as coisas mesmas que o narcisista deseja — charme, beleza e popularidade — através do consumo dos tipos "certos" de bens e serviços. Daí que todos nós, nas condições sociais modernas, vivemos como que cercados de espelhos; neles procuramos a aparência de um eu socialmente valorizado, imaculado (p. 160).

Há, como se percebe, certo incentivo em relação à prática do consumo. Como se o indivíduo estivesse obedecendo única e exclusivamente às vontades do sistema capitalista. É esta obediência às exigências do intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro (BRAVERMAN, 1987, p. 54) que corrobora com a prática da compra e venda daquilo que concerne à força de trabalho.

Para Marx (1999), força de trabalho apreende determinadas aptidões físicas, bem como intelectuais do trabalhador. Capacidades estas entendidas como inerentes ao homem enquanto ser. No entendimento de Braverman (1987) este conjunto de aptidões representam os músculos e o cérebro que não se separam das pessoas que os possuem.

É neste contexto que se apresenta o sistema capitalista nas relações de trabalho existentes entre o homem e o capital. O indivíduo enquanto ser produtor cria mercadorias e produtos voltados para atender às necessidades do mercado consumidor e, para isto, submete-se às mais terríveis e cruéis situações impostas pelo capital. A submissão imposta ao homem, na sua condição de trabalhador, pela indústria em si, o leva a obedecer apenas à lógica do lucro, isto é, dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia (MARX, 1999, p. 34).

Todavia, Weber (1999) defende - mesmo que com ressalvas - que a finalidade do lucro nada tem a ver com o capitalismo em si. O que o mesmo define como impulso para o ganho (p. 6) é uma premissa existente desde sempre, desde as mais remotas sociedades, estendendo-se ainda para as mais distintas profissões. Contudo, acredita que o capitalismo se identifica com a restrição ou com uma moderação racional desse impulso que classifica como irracional. O que se busca é o lucro que se renova, lucro este que se dá pelo intermédio da empresa considerada permanente, capitalista e racional.

Deste modo, ao discorrer sobre esta lógica do lucro no sistema capitalista, percebe-se no trabalhador uma espécie de alienação, isto é, o trabalhador submetido à lógica do capitalista tem o seu desenvolvimento tolhido enquanto ser humano. Assim, a humanidade deste trabalhador que deve ser construída por meio da relação e interação com a natureza lhe é tomada.

Na crítica de Marx (1999) esta humanidade passa a ser prejudicada quando é dilacerada pelos intensos e constantes excessos de trabalho. O homem enquanto trabalhador assalariado e alienado não é capaz, por exemplo, de discutir acerca daquilo que concerne à mais-valia, isto é, não há discernimento por parte deste sobre aquilo que compreende à compra do seu tempo de trabalho e, concomitantemente, ao acúmulo do capital por parte do capitalista, este último denominado por Marx como sendo a personificação do capital. (p. 39).

Sobre o conceito de mais-valia é possível discorrer, brevemente, acerca de três categorias concernentes a ela, a saber: a absoluta; a relativa; e a extra. Sendo assim, por mais-valia absoluta entende-se que a mesma acontece nas relações de trabalho quando existe o aumento da jornada de trabalho do trabalhador assalariado sem, contudo, haver o pagamento em espécie desta jornada extra; Por outro lado, entende-se que quando há maior produtividade das operações de trabalho sem que haja uma compensação para o trabalhador e investe-se, por exemplo, no crescimento da utilização das tecnologias, há a presença da mais-valia considerada relativa; Por fim, há a mais-valia extra, esta fomentada pela concorrência existente entre os próprios capitalistas, não havendo, portanto, mais-valia, neste caso, envolvendo a relação existente entre o capitalista e o trabalhador.

RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

A relação do homem, enquanto indivíduo histórico e dialético, com a sociedade a qual está inserido, perpassa pelo mundo do trabalho e engloba uma série de aspectos já discutidos neste artigo. Entretanto, tal relação existente entre o homem e o trabalho se estende também para o campo educacional. Conforme Saviani (2006) há um estreito vínculo ontológico-histórico próprio da relação entre trabalho e educação (p. 152). Deste modo, pretendo neste tópico abordar como se caracteriza este estreito relacionamento naquilo que tange à educação e a relação homem-trabalho-educação.

Ainda na concepção de Saviani (2006), não somente a atividade do trabalho é inerente ao ser humano, mas esta particularidade também é estendida à educação. Deste modo, nota-se, a rigor, que o ato de trabalhar, bem como o ato de educar é atribuído apenas ao ser humano.

Na crítica de Paro (1995), o mesmo define como sendo antagônicos os interesses da indústria ou empresa capitalista e os interesses buscados pelas instituições de ensino. Esta crítica abre espaço para uma discussão acerca dos fatores que sobremaneira se inter-relacionam. Todavia, a afirmativa de Frigotto (1995) de que o campo educativo e, mais amplamente, a formação humana, tem se constituído, desde o projeto da burguesia nascente, um campo problemático (p. 135) mostra que não é tarefa fácil realizar uma abordagem acerca desta relação, mas, de todo modo, é possível fomentar o debate existente acerca da questão.

Referente ao mesmo antagonismo apresentado anteriormente por Paro, Frigotto (1995) corrobora com o mesmo e chama a atenção para o fato de que a oposição das ideologias está intrinsecamente presente na sociedade e nos segmentos que a compõem, de modo que há interesses antagônicos dos grupos sociais que constituem a classe trabalhadora e que tornam o campo educativo, na escola e no conjunto de instituições e movimentos sociais, um espaço de luta hegemônica (p. 135-136).

Todavia, ao analisar e inter-relacionar a educação com o mundo do trabalho há pesquisadores, intelectuais e estudiosos que defendem e acreditam ser a educação um meio que, de certo modo, supera a marginalização fruto da sociedade capitalista. Por exemplo, Oliveira (2001) defende que a educação envolve o compromisso com a superação das relações de desigualdade, dominação, exploração e exclusão societárias (p. 102). Nota-se, portanto, que

concomitante ao fato de haver críticas quanto ser o campo educativo – as escolas propriamente ditas – um bálsamo cuja finalidade seria resolver as mazelas oriundas do capitalismo, há quem defenda a educação como um meio eficiente capaz de suprir os infortúnios provenientes da sociedade capitalista.

De acordo com a análise de Paro (1995), pesquisas realizadas no cerne do campo educacional apontam que, muitas vezes e na maioria das situações, há uma relevante preocupação tanto por parte dos pais, alunos e professores inseridos neste contexto, que diretamente associam a escola com a realidade do mercado de trabalho. Ou seja, o horizonte que se apontará será indicador, dentre outras coisas, do sucesso ou não de determinado aluno, enquanto indivíduo e cidadão.

Nesta perspectiva, logros ou malogros dos alunos, obtidos no mercado de trabalho, diga-se de passagem, após a saída destes da escola, serão justificados pelo fato de terem tido estes ou não uma formação adequada e, concomitantemente, eficiente e, porque não dizer, satisfatória. Portanto, nota-se que existe uma atribuição à escola quando do êxito ou não do profissional, já ex-aluno, inserido no mercado de trabalho.

Entretanto, o status social de determinado indivíduo, seja este considerado ótimo, bom, ruim ou péssimo, nem sempre é mensurado por ter este estado ou não em uma escola, mas sim pelas injustiças e mazelas da sociedade, que cada vez mais respira ares da modernidade, decorrentes de um sistema capitalista cada vez mais perverso, real e cruel. Sobre esta sociedade que respira ares da modernidade, Giddens (2002) ressalta que não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização (p. 13).

Enfim, no campo educacional, as escolas e instituições de ensino, por intermédio de seus docentes, educadores e especialistas em educação, buscam, em alguns casos, atender às demandas do mercado de trabalho e voltam seus ensinamentos pedagógicos e seus programas curriculares, para esta prática, mal se dando conta que estão, indubitavelmente, atendendo às exigências impostas pelo mercado de trabalho e, porque não dizer, aos anseios da sociedade capitalista. Ora, tal tarefa realmente é de responsabilidade da escola? É função das instituições de ensino basear seus conteúdos pedagógicos visando atender às demandas do mercado de trabalho? Isto posto, cabem questionamentos e posicionamentos, sejam estes prós ou contras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo é discorrer acerca das relações existentes entre o homem, enquanto ser ontológico, histórico, atuante, produtor, transformador e a sociedade a qual o mesmo se insere enquanto indivíduo. Buscou-se compreender as relações existentes, entre as partes, naquilo que concerne à Educação e ao Trabalho, numa sociedade cada vez mais capitalista. O estudo apresentado perpassou, ainda, pela discussão acerca daquilo que tange a busca constante do homem-indivíduo por uma identidade e subjetividade inerentes ao mesmo e, concomitantemente, presentes nesta relação.

Sob a perspectiva do trabalho foi possível compreender que o relacionamento entre o homem e a sociedade é de fato estreito, visto que tal categoria aplica-se somente, apenas e exclusivamente ao indivíduo humano. As relações que acontecem, por exemplo, na interação homem/natureza, quando favorecem e propiciam um trabalho produtivo é o que justifica o ato de trabalhar.

Animais irracionais, diferentemente dos homens, tido como racionais, não são capazes de trabalhar, mas de executar determinadas ações – em alguns casos com maestria e perfeição – obedecendo apenas aos seus instintos mais primitivos. Instintos estes, é necessário que se pontue, capazes de causar inveja aos mais talentosos e conceituados profissionais do ramo da arquitetura e da tecelagem, apenas para citar alguns exemplos. Afinal, o que dizer das robustas colmeias produzidas pelas abelhas? Ou como explicar a perfeição das frágeis teias tecidas pelas aranhas?

Todavia, o mesmo homem racional capaz de discernir sobre sua historicidade é o mesmo que ao trabalhar, produz e consome. Concomitantemente, ao fazê-lo, fomenta as relações de consumo, inerentes ao sistema capitalista. O homem racional torna-se, portanto, sujeito e objeto das relações capitalistas, ao passo que produz e consome.

Contudo, analisando as relações do homem no que concerne sua relação com o trabalho, estendendo-se esta para a educação, é possível perceber que existe também um estreitamento de relações cada vez mais intenso. Na sociedade capitalista, trabalho e educação tornam-se indissociáveis, podendo atender à interesses semelhantes, bem como distintos, num constante

movimento dialético de afirmação e negação, condizentes com a realidade da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (org.) **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRIGOTTO, G. Formação e qualificação abstrata e polivalente e a defesa do Estado mínimo: a nova (de) limitação do campo educativo na lógica da exclusão. IN: **Educação e crise do capitalismo real**. Cortez, São Paulo, 1995.

_____. **A polissemia da Categoria Trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação. (ANPED). Jan/abril. 2009. V.14, nº 40.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 17ª edição, 1999.

OLIVEIRA, Maria Rita N. S. **Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico; a mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação. (Trabalho apresentado no GT Didática, durante a 24ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu-MG, de 7 a 11 de outubro de 2001).

PALANGANA, Isilda. C. **Individualidade: afirmação e negação da sociedade capitalista**. São Paulo: EDUC – Ed. Plexus, 1998.

PARO, Vitor H. **Parem de Preparar para o Trabalho!!! Reflexões acerca do Neoliberalismo Sobre a Gestão e Papel da Escola**. In: FERRET, C. J., OLIVEIRA, M. R. N. S., SILVA JÚNIOR, J. R. (orgs). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?**. São Paulo: Xamã, 1995.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. (Trabalho apresentado em sessão especial no GT Trabalho e Educação, durante a 29ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu-MG, de 16 a 20 de outubro de 2006).

VALLE, Camila. O. **Consciência e emancipação humana: a relação sujeito sociedade.** In: XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009, Niterói. Realismo e Emancipação Humana: Outro Mundo É Possível?, 2009.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 14ª edição. São Paulo: Pioneira, 1999. *TRABALHO E EDUCAÇÃO: relações com o homem inserido na sociedade capitalista.*